

Jane Araújo



PAZ Ao lado de parlamentares e representantes da sociedade civil, Renan instala frente pelo desarmamento

## Frente quer Brasil sem armas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. A frente vai participar da campanha de recolhimento de armas, promovida pelas igrejas, no próximo domingo.

O senador César Borges disse que é preciso desarmar também os criminosos, o que deve ser cobrado do Estado pelo



povo. Renan Calheiros ainda abriu a Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas, quando observou que a América do Sul tem feito progressos notáveis no que se refere à democracia e aos direitos humanos. Ele destacou que a reforma política deverá melhorar a eficiência da democracia brasileira.

Página 3

CONSELHO DE JUSTIÇA

## Senado pede à Câmara nova indicação

Órgão de controle externo do Poder Judiciário será instalado até o dia 6 de junho, segundo informa Nelson Jobim

Página 4



José Cruz

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em primeira votação, projeto que fixa em 30 quilos o peso máximo que um empregado pode remover individualmente. A proposta de Marcelo Crivella foi modificada por Ney Suassuna. **Página 6**

J. Freitas



DILIGÊNCIA Alvaro Dias (ao lado de João Alfredo) cumprimenta índio em Confresa

## CPI VISITA ÁREA DE CONFLITO EM MATO GROSSO

Um dos principais focos de violência rural em Mato Grosso, o município de Confresa foi visitado pelos integrantes da CPI da Terra. A maioria dos agricultores da região foi assentada por reforma agrária.

Página 7

Célio Azevedo



AUDIÊNCIA Jereissati (C) ouve Mantega dizer que o Nordeste não procura os recursos do BNDES

## "SOBRA CRÉDITO NO BNDES PARA O NORDESTE"

Quem afirma é o presidente do banco, Guido Mantega, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. "Não foram apresentados projetos que pudessem ser aprovados", diz.

Página 8



**BANDEIRA** Sem investimentos não há obra, trabalho e progresso, adverte Mão Santa

## Piauí não recebe verbas federais, critica Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem a falta de liberação de recursos pelo governo federal para o estado do Piauí. O senador disse que, dos R\$ 298,5 milhões previstos no Orçamento para o estado, o governo liberou apenas R\$ 64 milhões.

O parlamentar afirmou que, sem recursos, não há investimentos; sem investimentos, não há obras; sem obras, não há trabalho; sem trabalho, não há progresso, em referência ao lema "Ordem e Progresso", inscrito na Bandeira Nacional.

– Ordem e progresso é o lema positivista do filósofo Augusto Comte. Eu tive medo de que o PT trocasse nossa bandeira por uma bandeira vermelha. Mas eles só trocaram o lema para desordem e regresso – ironizou.

Mão Santa assegurou que votou no presidente Lula e ajudou na campanha do atual governador do Piauí, Wellington Dias (PT), por ter "acreditado na esperança que o PT prometera".

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou, no último acordo firmado entre o Brasil e o FMI, o fato de o Piauí ter sido o penúltimo estado a receber recursos, apenas R\$ 12 milhões.

# Valadares diz que emendas ao Orçamento são legítimas

■ Para senador, a mídia "demoniza" iniciativa que, na sua visão, torna o projeto orçamentário mais democrático

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou a "demonização" promovida pelos meios de comunicação às emendas dos parlamentares ao Orçamento. Valadares defende a legitimidade dessas proposições, destinadas a atender regiões ou municípios fora dos grandes centros, por entender que elas tornam o projeto orça-



**EQUÍVOCO** Valadares: o erro está na execução orçamentária, em que o Executivo trabalha a seu "bel-prazer"

mentário mais democrático.

– Não vejo por que os interesses locais devam ter menor legitimidade – questionou, ressaltando que as iniciativas de caráter local não podem se

sobrepôr às gerais.

O senador disse lamentar o fato de que, no Brasil, "se faz passar por interesse geral o que é apenas o interesse dos grandes". Ele observou que, por causa dessa demonização na mídia, prevalece cada vez mais a noção de que "todos os políticos são iguais" e usam as emendas "para interesses pessoais".

O que está errado, conforme Valadares, é o sistema de execução das emendas, que, na falta de um orçamento impositivo, permite ao governo executar ou não as obras, "a seu bel-prazer", como moeda para pressionar o voto dos parlamentares.



**CONFIANÇA** Usinas em operação, construção e em projeto garantem investimentos, segundo Nezinho

## Energia é atrativo no Tocantins, afirma Nezinho Alencar

As potencialidades da produção de energia elétrica no Tocantins foram destacadas ontem pelo senador Nezinho Alencar (PSB-TO). Para ele, esse é um fator decisivo para atração de novas atividades para o estado, pois os investidores encontram a segurança de que os empreendimentos estarão livres de problemas com fornecimento de energia.

A Usina Luís Eduardo Magalhães, entre os municípios de Miracema e Palmas, pode produzir, segundo o senador, até 902 megawatts. Há ainda projetos em execução e outros em condições de ser iniciados.

## Agenda

### Sessão destinada a discursos dos senadores

Prevista para as 9h, a sessão de hoje tem caráter não deliberativo. Não haverá votação de projetos, apenas pronunciamentos dos parlamentares. Na próxima semana, os senadores retomam a análise dos nomes para a composição do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário.



### Combate à exploração sexual

A Rádio Senado apresenta, às 20h, reportagem especial sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, em referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes,

comemorado nesta semana. Além disso, a matéria vai falar também do pacto nacional do Poder Legislativo pela infância e adolescência, lançado em Fortaleza com a presença da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

### Regimento Interno

Na segunda-feira, após a ordem do dia, está prevista reunião da Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno do Senado. No encontro, os senadores devem discutir modificações no uso da palavra e na tramitação de requerimentos.

### Censo do Legislativo

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), promove o lançamento do 1º Censo do Legislativo Brasileiro. O evento está marcado para as 9h. Estão sendo treinados 35 pesquisadores, representantes de 1.380 municípios envolvidos no projeto.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**VALOR** Emissora, segundo Almeida Lima, faz parte de grupo que tem prestado grandes serviços a Sergipe

## Almeida Lima lembra os 30 anos da TV Atalaia

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) homenageou ontem a TV Atalaia, integrante do Sistema Atalaia de Comunicações, em Sergipe, que completou 30 anos de atividades na terça-feira. No discurso, ele saudou proprietários, dirigentes e funcionários da instituição.

A emissora nasceu pelas mãos do empresário, ex-deputado federal, ex-senador e ex-governador de Sergipe Augusto Prado Franco. Hoje, faz parte de um grupo de comunicação que, segundo Almeida Lima, tem prestado "grandes e relevantes serviços" ao estado e ao povo sergipano.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Senado fará o primeiro censo do Legislativo em todo o país

Em uma iniciativa inédita no Brasil e na América do Sul, o Senado realizará o primeiro censo do Legislativo. O objetivo do programa, que contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é formar um banco de dados que reúna informações sobre o funcionamento das casas legislativas de todo o país.

O anúncio foi feito ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), durante a abertura do 5º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), no auditório do Interlegis. O senador disse que o projeto será reforçado com a construção do Interlegis II, que irá fomentar a instalação de escolas do Legislativo e de programas de extensão.

– O trabalho do Legislativo precisa ser conhecido e a população brasileira deve saber como ele funciona. O censo será posto à disposição do país inteiro. Vamos chegar a todos os municípios, assembleias estaduais e ao Congresso. Será o documento mais completo sobre a história do Legislativo brasileiro – afirmou Efraim Morais.

Para o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, o censo “fará um raio x” de todo o Legislativo brasileiro.

– A iniciativa possibilitará um diagnóstico que irá melhorar o funcionamento do Legislativo, principalmente com o aperfeiçoamento dos recursos humanos – disse Agaciél.

### Resultados

As informações do censo serão coletadas no período de junho a agosto deste ano em 5.562 câmaras municipais, nas 26 assembleias estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no Senado e na Câmara dos Deputados. O trabalho mobilizará 160 censateiros que, atualmente, concluem



**OBJETIVO** “Será o documento mais completo sobre a história do Legislativo”, diz Efraim Morais

treinamento no Interlegis e moram nos próprios estados onde será feita a pesquisa. A prévia do estudo será divulgada em setembro e os dados finais do programa serão conhecidos em novembro, como informou a coordenadora do projeto, Telma Venturelli.

### Reconhecimento

Ao abrir o encontro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a iniciativa de realização do censo.

– É preciso, sem dúvida nenhuma, destacar esse trabalho, que é inédito no Brasil. É uma pesquisa que recebeu certificação de reconhecimento de cientistas políticos da Universidade de Brasília, e o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fará uso dessa formidável pesquisa. E uma universidade milenar, como a Sorbonne, demonstra interesse em efetuar convênio com o Senado para utilizar a tecnologia, método e resultado dessa pesquisa – disse.

De acordo com o presidente do Senado, esse censo servirá para o desenvolvimento de ações e políticas que resultem no aperfeiçoamento dos Legislativos do Brasil. “Ao traçar o perfil do Legislativo brasileiro, temos uma peça fundamental no exame de futuros aperfeiçoamentos do nosso sistema político”.

## Frente parlamentar vai à luta pelo desarmamento

■ **Objetivo do grupo, instalado ontem, é contribuir para a formação de uma cultura de paz**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou, na manhã de ontem, a Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, formada por parlamentares de vários partidos e representantes da sociedade civil. A proposta do grupo é promover ampla mobilização nacional pelo desarmamento e em favor da aprovação do projeto, que regulamenta a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e

munição no Brasil, já acolhido pelo Senado.

A frente vai participar da campanha de recolhimento de armas promovida pelas igrejas neste domingo. O presidente do Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil), Ervino Schmidt, anunciou o movimento:

– São 250 igrejas em 24 estados, que estarão com as portas abertas – disse.

Renan informou ainda que 3 de julho será o Dia Nacional pelo Desarmamento, quando haverá mobilização nacional.

### Estatuto

Na solenidade de lançamento da frente, o relator do Estatuto do Desarmamento, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-

SP), fez um balanço positivo sobre os efeitos do texto e da campanha de recolhimento de armas de fogo, que, avaliou, conta com “índices fabulosos, expressivos”. Segundo o deputado, houve redução de crimes a mão armada em 28% na cidade de Londrina, 30% em Curitiba e 5% em São Paulo.

– No SUS, houve redução de 22% nos casos de vítimas feridas por armas de fogo.

Já César Borges (PFL-BA) afirmou que, além de desarmar o cidadão, instaurando uma “cultura de proteção e de paz”, é preciso desarmar os criminosos, o que deve ser cobrado do Estado pelo povo. O senador ressaltou a importância da aprovação do estatuto.



**SOLENIIDADE** Renan (C) abre fórum, entre os presidentes do STF, Nelson Jobim, e da Câmara, Severino Cavalcanti

## Para Renan, a democracia avança

Ao presidir na manhã de ontem a sessão solene de abertura da IV Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a América do Sul tem feito progressos admiráveis tanto no que se refere à democracia quanto aos direitos humanos. E fez referências a duas iniciativas brasileiras da maior importância para esse avanço: o projeto de reforma

política, que aguarda votação na Câmara dos Deputados, e o Estatuto do Desarmamento, mediante o qual a população está entregando armas para serem destruídas pelo Estado.

– Nossa região tem feito progressos admiráveis e, no que se refere ao Legislativo brasileiro, com muita honra, cito de pronto a reforma política, agora em discussão, que deverá, sem dúvida, elevar o grau de representatividade e legitimidade

dos nossos parlamentares, melhorando a eficiência da democracia brasileira – ressaltou.

Renan disse que, com o debate intenso e a crítica construtiva, essa reforma propiciará ao Parlamento reflexões que enriquecerão o processo de informação da sociedade.

– Menciono ainda o Estatuto do Desarmamento, pelo qual nossa população civil está literalmente entregando suas armas para serem destruídas.

## Senado abrigará Instituto Presidente João Goulart

O Senado abrigará em breve o recém-criado Instituto Presidente João Goulart (IPG), segundo prometeu ontem Renan Calheiros, após receber em audiência a esposa do ex-presidente, Maria Tereza Goulart, e seu filho João Vicente Goulart. Renan foi convidado a integrar o Conselho de Notáveis, que será uma entidade orientadora das ações do IGP.

João Vicente explicou que o instituto tem como missão o resgate da memória do ex-presidente João Goulart e das lutas históricas das chamadas reformas de base e a promoção das normas legais, éticas e comportamentais que garantam mudanças básicas de valores, ações e atitudes do governo, do setor privado e da sociedade civil.

– Como o Senado já abriga outros institutos, nós solicitamos ao presidente Renan Calheiros um espaço para que, provisoriamente, o IPG funcione até que possamos construir o nosso memorial aqui em Brasília.

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o memorial já conta com um esboço feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer.



**MEMÓRIA** Maria Tereza Goulart é recebida no Senado por Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Renan Calheiros e Pedro Simon

## ACM questiona Demostenes na presidência

O senador Tião Viana (PT-AC), na presidência da sessão de ontem, aceitou como advertência a questão de ordem levantada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre os critérios que permitiram ao senador Demostenes Torres (PFL-GO) presidir a votação que rejeitou o nome do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com Antonio Carlos, somente membros da Mesa poderiam presidir a sessão e, na ausência deles, os senadores mais antigos presentes em Plenário. Demostenes Torres, segundo o senador baiano, não preenchia esses critérios.

Demostenes esclareceu que só ocupou a presidência da sessão porque, no momento em que o senador Renan Calheiros se ausentou para participar de ato a favor do desarmamento na área externa do Congresso, não estavam presentes em Plenário os demais membros da Mesa, efetivos ou suplentes.

## Motta aplaude indicação de Saint'Clair

João Batista Motta (PMDB-ES) agradeceu ontem aos senadores a indicação do promotor Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público.

– Os senadores desta Casa, numa demonstração do quanto a democracia é vital para o país, escolheram para ocupar uma posição tão destacada um rapaz humilde, filho de um policial militar e de uma professorinha – disse Motta.

Para o senador, a indicação do promotor capixaba para o conselho está associada ao bom momento pelo qual passa o Espírito Santo, com o governador Paulo Artung fazendo uma administração voltada para o interesse público e, assim, contribuindo para que o estado passe a ocupar o lugar que merece no cenário nacional.

– Por isso, agradeço em nome do povo capixaba, do governador do Espírito Santo e em meu próprio nome pela escolha do promotor Saint'Clair.

# Senado pede à Câmara novo nome para Conselho de Justiça

Órgão de fiscalização do Judiciário deverá ser instalado em junho com ou sem aprovação de novo membro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que já enviou ofício à Câmara dos Deputados em que pede a indicação de um novo nome para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alexandre de Moraes, ex-secretário de Justiça de São Paulo, foi rejeitado pelo Plenário do Senado na sessão de quarta-feira. A Câmara dos Deputados tem 15 dias para fazer indicação.

– Tão logo a Câmara aponte um nome, votaremos – assegurou.

Mas o Conselho Nacional de Justiça deverá ser instalado até 6 de



**PAPÉIS** Jobim diz que o STF só designaria nome para o CNJ se a Câmara não tivesse indicado representante

junho e funcionará normalmente, com os membros já escolhidos, independentemente de haver designação de substituto para Moraes. A informação foi dada ontem pelo presidente do Supremo

Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, durante sessão de abertura da 4ª Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas.

– Haveria uma indicação pelo STF caso a Câmara não tivesse sugerido um nome. Mas não foi esse o caso – disse Jobim.

O CNJ deverá controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juizes. Será composto por 15 membros, nomeados pelo presidente da República, após aprovação no Senado. Os integrantes são designados por vários segmentos da sociedade, entre eles a Câmara e o Senado. Moraes era o indicado da Câmara, e seu nome já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

## Agripino: governistas politizam escolha

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou ontem os parlamentares da base de apoio ao governo, acusando-os de politizar a votação dos membros do CNJ, na quarta-feira, e responsabilizando-os pelo que chamou de “ressaca moral” no Senado.

Agripino afirmou que Alexandre de Moraes, nome rejeitado na votação, tem qualificação inquestionável. Disse ainda que um senador governista lhe explicou que a idéia era “dar um susto” na oposição.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) observou que “a sociedade está assustada”, porque espera muito da reforma do Judiciário. Ele acredita que essa mudança, que criou o CNJ, entre outras iniciativas, deve agilizar os procedimentos da Justiça no Brasil e melhorar, por meio da fiscalização, a conduta dos magistrados.



**INTENÇÃO** Segundo Agripino, governista lhe disse que a idéia era “dar um susto” na oposição

## Ideli Salvatti diz que Brasil não está em crise e pede mais votação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, ao contrário do que os debates do Congresso possam refletir, o país não experimenta nenhuma crise capaz de pôr em risco a democracia. Ela disse que os indicadores da economia são positivos e que o governo vem consolidando iniciativas de diálogo. “Precisamos

trabalhar para fazer as votações necessárias”, frisou.

Ao sustentar a normalidade da votação em que Alexandre de Moraes foi rejeitado para o Conselho Nacional de Justiça, ela disse que os Paramentos costumam viver momentos, o que deve ser visto como normal pelos políticos.



Roosevelt Pinheiro

**PREJUÍZO** Para Maguito, negativa da oposição em continuar votação afeta o país

## Maguito Vilela critica atitude da oposição

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que, ao contrário do que dissera o senador José Agripino (PFL-RN), o Senado não está de “ressaca moral” pela rejeição do nome do jurista Alexandre de Moraes para o CNJ.

– Se 16 senadores discordaram e não votaram, é um problema político, e tem que ser entendido dessa forma. Não concordo com os líderes da oposição – ressaltou Maguito.

O senador criticou a oposição por se negar a continuar votando as indicações de outros nomes para compor o conselho, observando que quem será punido, com essa atitude, é o Brasil.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) destacou que o resultado da votação de quarta-feira pode criar um impasse com a Câmara dos Deputados, que indicara Moraes.



Roosevelt Pinheiro

**ESTABILIDADE** Ideli Salvatti afirma que os indicadores econômicos do país são positivos e governo consolida diálogo

## Votações são adiadas para terça-feira

Os líderes partidários decidiram ontem adiar para a próxima semana a votação da pauta. Aguardam deliberação dos senadores os nomes de outros 20 indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Figura ainda na pauta a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 57/03) que cria o Plano Nacional de Cultura.

Mais cinco PECs serão discutidas pelos senadores. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou relatório favorável à PEC 73/99, que garante a participação da população no processo orçamentário e terá sua quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Uma das PECs (31/00) concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças. A PEC 12/04 viabiliza a existência de municípios criados por meio de plebiscito até o ano 2000.

## Simon quer recondução de Fonteles

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a apelar ao presidente Lula para que dirija um convite formal ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, no sentido de ele aceitar a recondução ao cargo. O mandato de Fonteles, de dois anos, termina no fim de junho e, nas próximas semanas, o presidente da República terá de escolher, a partir de uma lista tripla, o nome do novo procurador, a ser sabatinado no Senado Federal.

Pedro Simon lembrou que, ao assumir a função, em 2005, Fonteles demonstrou publicamente, em virtude de convicções, o seu desinteresse por um segundo mandato. Entretanto, o representante gaúcho está convencido que o procurador-geral, diante de um apelo de Lula, poderá rever a sua posição.

Para o senador, Fonteles é a figura pública mais importante do país, superando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci; o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.



## Sigmaringa entrega relatório sobre MPs

O relator da comissão especial destinada a modificar o rito de tramitação das medidas provisórias, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), distribuiu seu relatório final aos integrantes do colegiado. Pela proposta, a MP terá 60 dias para tramitar na Câmara, 45 dias no Senado e mais 15 dias novamente na Câmara, caso receba modificações no Senado. Se for rejeitada pela Câmara, a admissibilidade será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e posteriormente, pelo Plenário. Se também for rejeitada, a MP será transformada em projeto de lei, que tramitará em regime de urgência.

Não haverá prorrogação de nenhum desses prazos estabelecidos. Caso não seja aprovada, a medida perderá sua eficácia por decurso de prazo ao final de 120 dias, explicou Sigmaringa. Ele destacou que, se a Câmara não votar a MP em 60 dias, ela segue para o Senado. Caso seja aprovada pelos senadores, volta para a Câmara e os deputados não poderão alterá-la, mas somente aprová-la ou rejeitá-la.

Sigmaringa propõe o fim das comissões especiais para exame das MPs. As próprias comissões permanentes de ambas as Casas e os Plenários é que passarão a examinar as medidas, explicou. As MPs tramitarão em cada Casa separadamente, começando pela Câmara. Numa primeira etapa, será examinado o caráter da admissibilidade, ou seja, se a MP atende aos requisitos de urgência e de relevância.

A CCJ terá prazo de dez dias para deliberar, findo o qual a medida provisória segue para o Plenário da Câmara, apenas para votação dos critérios de urgência e relevância. Somente se a admissibilidade for aprovada, a tramitação da MP entrará em sua segunda etapa, com exame do mérito pelas comissões permanentes.

# Cristovam: povo está perdendo a paciência

■ Ele diz que clima de conturbação pode vir "não contra governo nem contra oposição, mas contra todos"

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse ontem que "é preciso ouvir o aviso que vem das ruas" de países como Bolívia, Equador e Argentina. Segundo o senador, esse aviso é o de que "o povo não espera eternamente diante do *show* democrático dos políticos se não houver mudanças concretas nas condições de realidade de vida deste povo".

Para a preservação da democracia, disse Cristovam, o governo necessita cumprir algumas condições. Uma delas é a defesa da honestidade.



**LIÇÃO** Cristovam afirma que para preservar a democracia o governo deve defender a honestidade

– A corrupção não apenas deteriora o governo, mas transforma a impaciência do povo em rebeldia e a rebeldia em revolução. E às vezes, sem que a gente espere, acorda num clima de conturbação. Este clima tem surgido neste continente não contra o governo nem contra a oposição, mas contra todos, e

este é o perigo que precisa nos acordar no Brasil – alertou.

O *slogan* utilizado pelas últimas manifestações de rua na América Latina, segundo o senador, é "que se vayan todos" (que todos saiam, ou vão embora), não se fazendo distinção entre governo e oposição.

– E é este risco que está começando a se viver neste país. O povo está impaciente nas ruas – disse. Uma outra razão para essa impaciência, afirmou Cristovam, é o fato de o governo não cumprir suas promessas de campanha e não explicar por que está deixando de cumprilas, como a não-realização das reformas sociais.

O Senado, na avaliação de Cristovam, deve ir além da discussão dos temas do cotidiano e debater os problemas mais profundos do Brasil.

## Para Paim, bancada do PT deve apoiar CPI dos Correios

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou-se favorável à assinatura, por parte dos parlamentares petistas, do requerimento de criação da CPI dos Correios. Paim ponderou, no entanto, em discurso ontem, que tal decisão deverá ser tomada em bloco pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

– Se PMDB e PTB já assinaram, não vejo motivo para que a gente também não assine – observou.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que se orgulhava de estar ao

lado do senador gaúcho em tal decisão.

No pronunciamento, Paim registrou que o dia 21 de setembro, início da primavera, será também o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. O projeto que institui a data especial foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 5. O parlamentar destacou que os portadores de deficiência são 14,5% da população brasileira.

Paim lembrou ainda que seu pronunciamento foi escrito por



**CIDADANIA** Paim também destaca o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência

Luciano Ambrósio, "um cidadão deficiente visual que faz parte da equipe do meu gabinete". O senador destacou que Luciano Ambrósio conseguiu redigir o discurso usando as novas tecnologias permitidas pelo computador.

## Requerimento tem 49 assinaturas de senadores

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, e o secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Mozart Vianna de Paiva, informaram ontem que o requerimento para instalação da CPI dos Correios obteve 49 assinaturas de senadores e 217 de deputados. O regimento exige um mínimo de 27 senadores e 171 deputados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fechou com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, um acordo para que o requerimento seja lido em sessão conjunta do Congresso Nacional na próxima quarta-feira. Até a meia-noite



**ACORDO** Mozart Vianna de Paiva (E) e Raimundo Carreiro conferem o pedido de instalação da CPI, que deverá ser lido na próxima quarta-feira

do dia da leitura, os parlamentares podem retirar assinaturas. Os líderes partidários terão 30 dias para indicar os membros

da comissão – 15 senadores e 15 deputados. Caso isso não ocorra, Renan Calheiros poderá fazer as indicações.



**MELHORIAS** Ana Júlia destaca que crescimento da movimentação de cargas requer novos investimentos

## Ana Júlia defende investimentos no setor portuário

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem a aplicação dos recursos previstos para implementar as ações de desenvolvimento na área portuária do Pará. O crescimento da movimentação de cargas nos portos da Companhia das Docas do Pará requer, disse ela, investimentos na melhoria, ampliação e modernização nos portos de Belém, Santarém e de Vila do Conde.

Quanto à CPI dos Correios, Ana Júlia reafirmou sua confiança no governo e defendeu uma ação coletiva das bancadas petistas. Ela lembrou que não foi preciso CPI para acabar com a "Máfia do Sangue" que agiu no Ministério da Saúde durante vários governos.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) felicitaram a senadora pelo pronunciamento.

## Servidores pedem a Renan urgência para PEC Paralela

Representantes de 65 entidades de servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios entregaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, documento em que solicitam a inclusão em pauta e apoio para a aprovação do texto original da PEC Paralela da Previdência, como foi aprovado pelo Senado.

– Já tendo aguardado dois anos pela sua tramitação, com prejuízos a inúmeros trabalhadores, expressamos o desejo de que o Senado promova sua aprovação o mais rapidamente possível, para dar tranquilidade e fazer justiça aos milhões de trabalhadores públicos de nosso país – afirmou o diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Aginaldo Néri.



EXAME Projeto de Crivella (segundo a esquerda) que muda artigo 198 da CLT será votado em turno suplementar na CAS

## Comissão acolhe medida em defesa do trabalhador

■ Texto aprovado na CAS fixa em 30 quilos o peso máximo que um empregado pode remover

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o substitutivo do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao projeto que fixa em 30 quilos o peso máximo que um empregado pode remover individu-

almente. A matéria ainda será votada em turno suplementar na comissão.

Autor do projeto (PLS 19/03), Marcelo Crivella (PL-RJ) informa que a legislação define, – há mais de um século – em 60 quilos o peso máximo que um trabalhador deve levantar. Atualmente, observou, as pessoas se aposentam cada vez mais tarde e muitos trabalhadores não têm condições físicas para levantar a carga fixada pelo artigo 198 da Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT).

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que a legislação determina que a mulher não pode carregar mais do que um terço do permitido ao homem. Assim, deve também ser diminuída, de forma proporcional, a carga das trabalhadoras. Para o senador Wirlande da Luz (PMDB-RR), além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, a medida reduzirá o custo previdenciário do tratamento de doenças do trabalho.

## Equoterapia pode ter cobertura do SUS

Com apoio do governo, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que inclui a equoterapia como forma de tratamento médico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A equoterapia é uma modalidade de fisioterapia em que se utiliza um conjunto de técnicas, por

meio da equitação, como terapêutica auxiliar na reabilitação de portadores de deficiência.

Para o relator, senador Flávio Arns (PT-PR), a medida é um “largo passo” no sentido de garantir ao deficiente o pleno exercício de seu direito à saúde.

O projeto (PLS 456/03) segue para análise da Câmara, caso não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário do Senado.

A exemplo dos idosos, portadores de deficiência também poderão ter prioridade, na Justiça, no julgamento das ações de que sejam parte, caso a CAS aprove projeto (PLS 216/04) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em decisão terminativa no colegiado. A matéria recebeu apoio dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Lygia Fagundes Telles recebe Prêmio Camões, destaca Suplicy

Ao registrar que a escritora brasileira Lygia Fagundes Telles venceu, aos 92 anos, o Prêmio Camões 2005 de literatura, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que apresentou requerimento para inserir em ata voto de congratulações à autora. Para ele, o prêmio, no

valor de 100 mil euros, é a maior láurea concedida a escritores de língua portuguesa.

O prêmio, observou, foi criado em 1988 pelos governos de Portugal e do Brasil para distinguir escritores cuja obra tenha contribuído para o enriquecimento da língua portuguesa.



HOMENAGEM Suplicy apresenta requerimento de congratulações à escritora, de 92 anos de idade

## Comissão do Ano da Mulher debate legislação sobre aborto

A Comissão do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha 2005 promoveu ontem debate sobre a revisão da legislação punitiva do aborto. O Código Penal trata o aborto como crime contra a vida e só prevê duas exceções: risco de morte da gestante e gravidez resultante de estupro. A pena prevista para a mulher que fizer aborto é de um a três anos de detenção. O evento foi realizado no audi-

tório da sede do Programa Interlegis e foi transmitido por videoconferência para todas as assembleias legislativas.

Participaram do debate a professora da Universidade de Brasília (UnB), integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Lia Zanotta Machado; o ginecologista e assessor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Thomaz Rafael Gallop; e a coordenadora da

área de saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Regina Viola.

A comissão, instituída em março deste ano no âmbito do Senado Federal, é composta por parlamentares e tem como objetivo promover debates sobre as diversas demandas da sociedade brasileira relativas às questões pertinentes à mulher. Preside o colegiado a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



OPINIÕES Realizaram palestras no evento o assessor da SBPC Thomaz Gallop (D) e a professora da UnB Lia Zanotta (E)

## Heloísa Helena critica aumento da taxa de juros

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou ontem a política econômica do governo, em especial a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que na quarta-feira aumentou a taxa de juros de 19,50% para 19,75%. Foi a nona elevação seguida.

– O governo legitima a verborragia dos patifes neoliberais e promove uma política econômica recessiva – censurou Heloísa Helena, comparando o governo Luiz Inácio Lula da Silva com o de Fernando Henrique Cardoso.

A parlamentar argumentou que a alta dos juros eleva a dívida pública, obrigando o governo a aumentar o comprometimento das finanças com o pagamento de juros da dívida. Para solucionar o problema, disse, o governo aumenta a carga tributária e diminui os



DISCORDÂNCIA “Governo promove uma política econômica recessiva”, afirma Heloísa Helena

investimentos sociais.

Heloísa também mencionou as consequências da elevação da taxa Selic: o crédito torna-se mais caro, os custos de produção aumentam e os empresários são obrigados a subir os preços e a reduzir os custos, muitas vezes fazendo demissões. Ela ponderou que a política de juros praticada pelo governo prejudica os setores produtivos e os trabalhadores.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que, apesar da alta dos juros, o endividamento público externo e interno diminuiu no atual governo.

– O ministro do Trabalho está ressuscitando a promessa do presidente Lula. A afirmativa soou como uma nova promessa de campanha já visando às eleições de 2006, para a qual o governo se prepara com todo o arsenal possível – enfatizou.

Segundo a senadora, o jornalista econômico Joelmir Betting afirmou ser impossível alcançar a meta e, em outra matéria do mesmo jornal, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, dizia que aquele era apenas um número referencial.

Lúcia Vânia recomendou ao governo que lesse o discurso do senador Cristovam Buarque (PT-DF), chamando a atenção para o não-cumprimento das promessas de campanha do então candidato do PT. A senadora também fez referência a documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) propondo que a criação de empregos faça parte das metas macroeconômicas, ao lado do controle da inflação e da dívida pública.



CRÍTICA Para Lúcia Vânia, anúncio de meta de criação de emprego “soa como promessa de campanha”

## Lúcia Vânia: Lula faz promessa visando reeleição

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) utilizou em Plenário matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre novas metas de criação de postos de trabalho fixadas pelo ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, para criticar o não-cumprimento da promessa do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva de gerar 10 milhões de empregos.

Célio Azevedo



**DIREITOS** Gondim afirma que as pessoas que estão sendo removidas da área da reserva indígena não têm recebido as indenizações devidas

## Perito aponta irregularidades em processo de demarcação

Em audiência na comissão externa que analisa a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal, Hamilton Gondim, apontou irregularidades no processo que culminou com a homologação da área pelo presidente da República, em abril. O decreto que demarcou a reserva destina 1.743.089 hectares para 164 aldeias.

Gondim sugeriu que seja criada no Congresso uma comissão para levantar informações coerentes sobre a região. Segundo ele, o reflexo econômico da

demarcação nunca foi analisado e há casos de técnicos que assinaram documentos sobre a demarcação "sem nunca terem ido a Roraima". Afirmou ainda que as pessoas que estão sendo removidas da região onde viviam não têm recebido as indenizações devidas.

O presidente da comissão externa, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), destacou que membros do colegiado estiveram em Roraima e puderam perceber que a maioria dos moradores da região – índios ou não-índios – não queria a demarcação como foi feita.

## Roraima está sob "intervenção federal", denuncia Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti criticou ontem, em Plenário, as ações do governo federal no estado de Roraima no que se refere à demarcação de reservas indígenas. O parlamentar disse que entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Justiça obrigue o governo a cumprir dispositivo constitucional, estabelecido quando o território de Roraima foi transformado em estado. Segundo o dispositivo, o novo estado teria os limites do território original. Na opinião de Mozarildo, Roraima está sob "intervenção federal branca".

Mozarildo argumentou que, se as terras dentro dos limites do território passaram a pertencer ao estado de Roraima,



**JUSTIÇA** Mozarildo informa que entrou com ação no Supremo para garantir território de seu estado

então não mais pertencem à União, que administrava o território federal. De acordo com o senador, o STF tomou essa decisão recentemente. No entanto, segundo ele, a União "vem empurrando com a barriga" o cumprimento da legislação.

# Capiberibe lamenta que floresta tenha encolhido

Senador lembra que, em apenas um ano, Amazônia perdeu área florestal do tamanho de Alagoas

Entre agosto de 2003 e agosto de 2004, a Amazônia perdeu 1.533 quilômetros quadrados de florestas, área do tamanho do estado de Alagoas, basicamente por causa de queimadas. "Isso é preocupante; uma notícia nada alvissareira", lamentou em discurso o senador João Capiberibe (PSB-AP), ao comentar dados de desmatamento da Amazônia divulgados ontem



**ECOLOGIA** Capiberibe: projetos do agronegócio na região amazônica devem ser sustentáveis

pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Capiberibe criticou o governo por financiar projetos agropecuários na região amazônica. "O agronegócio e a pecuária

avançaram no mesmo ritmo que os desmatamentos. Só o Banco da Amazônia emprestou R\$ 707 milhões para projetos de pecuária", destacou o senador. Segundo ele, a expansão da agricultura na Amazônia Legal "é quase o dobro do que ocorre no restante do país".

O senador voltou a defender a idéia de que o desenvolvimento da Amazônia não precisa ser acompanhado pelo desmatamento, desde que os projetos executados sejam sustentáveis. "A atual situação precisa ser combatida antes de vermos apenas cinzas e fumaça em nossas florestas", recomendou João Capiberibe.

## Sibá culpa grileiros por desmatamento

O senador Sibá Machado (PT-AC) culpou a grilagem de terras pelo desmatamento. Dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que as estimativas de devastação da Amazônia para o período 2003/2004 alcançaram o segundo maior patamar da história.

– Infelizmente, a grilagem tem contribuído para o desmatamento irregular da Amazônia. É de um profissionalismo que chega a impressionar. Essas pessoas têm vasto conheci-



**ATUAÇÃO** Sibá elogia o trabalho dos ministros Marina Silva e Ciro Gomes contra crimes ecológicos

mento cartorial, além de amplo conhecimento tecnológico. Além disso, têm a seu favor o

poder do crime organizado – assinalou o senador.

Sibá comemorou, no entanto, o fato de alguns estados terem reduzido seu desmatamento, como Tocantins, Maranhão, Amazonas, Pará e Acre. Ele saudou o trabalho realizado nessa área pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Parabenizou ainda os empresários que investem no desenvolvimento sustentável da Amazônia e a Polícia Federal, por sua atuação na área.

## Pavan protesta contra parques ecológicos em Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu ontem que, antes de criar o Parque Nacional de Proteção das Araucárias, a Área de Proteção Ambiental das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta, o governo estude mais o impacto que essas unidades de conservação podem ter nos estados do Sul.

– Tenho certeza de que o meio ambiente deve ser preservado, mas não podemos igno-

rar a realidade socioeconômica de Santa Catarina – observou Pavan, pedindo que o governo discuta com parlamentares catarinenses e o governo estadual a criação das reservas.

O senador reclamou do fato de que as reservas abrangerão uma área na qual há quase 4 mil estabelecimentos agropecuários, responsáveis por 18,6% da produção de soja e 15% da produção de trigo. Ele argumentou



**PRESERVAÇÃO** Pavan argumenta que 37% da cobertura vegetal de seu estado são florestas nativas

que 37% da cobertura vegetal de seu estado são florestas nativas, classificando essa situação de "confortável".

J. Freitas



**CONSTATAÇÃO** Mauro Sérgio (E) diz à CPI da Terra que chegada do agronegócio a Confresa aumentou o clima de tensão no campo

## Parlamentares visitam área de conflito em Mato Grosso

Os conflitos de terras em Mato Grosso foram tema de audiência pública que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPI da Terra) promoveu ontem no município de Confresa. No município, que é um dos principais focos de violência rural do estado, a maioria da população foi assentada por meio de reforma agrária.

Uma das mais recentes provas da

tensão que há na região é o relatório divulgado em março pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Ele informa que grileiros ocupam ilegalmente 34 mil quilômetros quadrados no estado.

Em seu depoimento, o prefeito de Confresa, Mauro Sérgio Pereira, disse que a "chegada do agronegócio" au-

mentou a tensão no campo, embora reconheça que os conflitos entre posseiros e indígenas já existiam antes disso.

Integraram a comissão que esteve em Confresa o presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR); o relator, deputado federal João Alfredo (PT-CE); e os deputados federais Teté Bezerra (PMDB-MT) e Lino Rossi (PP-MT). No dia 30, a CPI da Terra estará em Fortaleza.

# Mantega: BNDES ajuda a combater desigualdades

■ Ele afirma que, por falta de projetos e de demanda, sobram recursos para Nordeste na instituição

Por falta de projetos e demanda de parte dos empresários do Nordeste, sobraram recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a região, disse ontem o presidente da instituição, Guido Mantega, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele afirmou que a redução das desigualdades sociais e regionais "se

dá a partir da ação do Estado". Segundo destacou, por falta de demanda, houve recuo de 12% dos empréstimos para o Nordeste em 2004.

– Houve melhoria para uma parte das regiões menos desenvolvidas, com exceção do Nordeste, onde não foram apresentados projetos que pudessem ser aprovados pelo banco.

O valor dos financiamentos do BNDES no Sudeste aumentou apenas 6% de 2003 para 2004, enquanto, no mesmo período, a expansão do crédito para o Centro-Oeste foi de 82%; para o Sul, 27%; e para o Norte, 174%, informou.

Ao ressaltar o papel do banco

no financiamento de pequenas e médias empresas nas regiões menos desenvolvidas, observou que o Cartão BNDES oferece crédito de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, para pagamento em 24 meses, com os menores juros de mercado.

O BNDES tem longa tradição de participar no desenvolvimento regional e está presente em todos os grandes projetos estruturantes no Nordeste, disse. Citou o Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia; a Cloroquímica, em Alagoas; a Fertilizantes, no Ceará; e o Porto de Suape, em Pernambuco, entre outros. O ministro enfatizou também a reestruturação da indústria têxtil na região.



COMPROMISSO Em audiência na CDR, Guido Mantega destaca a atuação do BNDES nas regiões mais pobres

## Disparidade regional se estabiliza

O presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, afirmou, na audiência realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que houve estabilização das disparidades entre o Nordeste e demais regiões. À medida que a economia brasileira passou a crescer, também começou um processo intenso de demanda de financiamento de longo prazo no Banco do Nordeste, disse.

Conforme Smith, o número de operações do BNB subiu de 25 mil para 173 mil, entre 2003 e 2004. Ele esclareceu que nas contratações do banco tem predominado a área rural, sendo o BNB a segunda instituição em volume de aplicações no campo.

Em resposta à senadora Pa-

trícia Saboya (PPS-CE), ele opinou que o projeto de produção de biodiesel no Nordeste pode não ser viável, devido a custos elevados e problemas de toxicidade da torta de mamona.

### Projetos

Durante os debates na comissão, Guido Mantega, respondendo a Sérgio Guerra (PSDB-PE), garantiu que os projetos para o Nordeste não ficarão no papel e que muitos começam a ser implementados. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu informações sobre a estrutura de financiamento do Gasoduto do Nordeste (Gasene), tendo o presidente do BNDES esclarecido que a instituição apenas vai repassar à Petrobras recursos do banco de desenvolvimento da China. Mantega prometeu, atendendo a pedido

de Leonel Pavan (PSDB-SC), disponibilizar dados para que ele possa assessorar prefeitos de seu estado na elaboração de projetos para obtenção de recursos junto ao BNDES.

Respondendo a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mantega informou que apóia a reconstituição da Sudene e da Sudam e que o BNDES poderá liberar recursos para essa finalidade. José Maranhão (PMDB-PB) pediu explicações sobre o baixo investimento da entidade na educação. O presidente do BNDES assinalou que, na área, a atuação do banco é complementar à do governo federal. Dirigindo-se ao senador César Borges (PFL-BA), Mantega afirmou que o BNDES não financia investimentos de empresas estrangeiras.



DELEGAÇÃO Heráclito Fortes (D), presidente da Comissão de Infra-Estrutura, fala à comitiva da Itália sobre o programa de parcerias público-privadas

## PPPs despertam interesse de parlamentares italianos

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Heráclito Fortes (PFL-PI), recebeu ontem uma delegação de deputados italianos. Durante o encontro, os visitantes manifestaram interesse em obter informações a respeito do programa de parcerias público-privadas (PPPs).

Heráclito convidou os parlamentares a participarem de um encontro internacional que será promovido pela comissão em setembro, para tratar das PPPs. De acordo com o senador, deverão ser convidados representantes de governos e parlamentos, e da iniciativa privada de quatro países.

– Acho interessante a participação italiana pela experiência e pelo avanço que o país tem na área das PPPs – disse Heráclito.

Para o senador, o encontro foi

muito positivo no sentido de estreitar os laços com a Itália.

– Temos um grupo parlamentar que coordena o relacionamento entre os dois países. Como a Comissão de Infra-Estrutura é encarregada da discussão das parcerias público-privadas, eles vieram para uma troca de idéias e para mostrar o interesse de participar com investimentos em projetos a serem implementados por esse sistema.

O deputado Luca Volontè, chefe da Comissão Parlamentar de Cooperação Itália-Brasil, do Parlamento de seu país, comunicou o interesse dos italianos em avaliar as ações que podem ser efetivadas entre as duas nações no que diz respeito ao Mercosul. Ele também destacou intenção de atuação conjunta nas áreas de educação e cultura.

## Comissão aprova indicações de três novos embaixadores

Três mensagens presidenciais de indicações de embaixadores receberam ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e serão agora submetidas ao Plenário. Por unanimidade, a comissão acolheu os nomes de Vera Pedrosa Martins de Almeida, para a embaixada na França; Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para representar o país no Peru; e Katia Godinho Gilaberte, para e embaixada no Senegal.

A comissão aprovou também

requerimento de realização de audiência pública, apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), sobre os motivos que teriam levado o Brasil a perder terreno, desde a década de 70, na "luta pelo desenvolvimento econômico". Recebeu ainda parecer favorável o Projeto de Decreto Legislativo 131/05, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre o Brasil e a Guiana, celebrado em fevereiro de 2003.



DEBATE Cristovam Buarque (C), entre Eduardo Azeredo (segundo à direita) e diplomatas, comanda a discussão das mensagens presidenciais

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Nezinho Alencar, Mozarildo Cavalcanti e Antônio Carlos Valadares e pela senadora Heloisa Helena